



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: O trabalho profissional de
Assistentes Sociais)

**Permanência estudantil como direito: A articulação entre
Serviço Social e Psicologia no apoio a estudantes em situação
de vulnerabilidade.**

Jaciara da Silva ¹
Amanda Dal Pra de Melo ²
Marcelo Giovanni Carvalho ³
Lucília Amaral Fontanari ⁴
Eder Adão Rossato ⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo relatar a atuação profissional do Serviço Social e a importância do trabalho multidisciplinar na Diretoria de Assuntos Comunitários a partir dos serviços ofertados pelo departamento através da política de permanência estudantil aos alunos em situação de vulnerabilidade e evidenciar a importância da Assistência Estudantil como política do Ensino Superior. O desafio do Assistente Social é atuar entre as demandas dos estudantes e as políticas institucionais em consonância com o código de ética e projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Serviço Social; Ensino Superior Público; Permanência.

Abstract: The present article aims to report the professional practice of Social Work and the importance of multidisciplinary work in the Office of Community Affairs based on the services offered by the department through the student retention policy directed at students in situations of vulnerability, and to emphasize the importance of Student Assistance as a higher education public policy. The challenge faced by the social worker is to act between students' demands and institutional policies along with the code of ethics and the ethical-political project inherent of the profession.

Keywords: Student assistance; Social Work; Public Higher Education; Retention.

¹ Assistente social, trabalhadora do SUAS na Universidade Estadual de Maringá e Unicesumar, graduada em Serviço Social e Administração Pública, Pós-graduada em Gestão de Projetos Sociais e Gestão em Saúde em Serviço Social. jsilva2@uem.br.

² Psicóloga, residente em Psicologia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa lotada na Universidade Estadual de Maringá, mestre e doutoranda em Filosofia pela UEM. adpmelo.ct@uem.br

³ Psicólogo, residente em Psicologia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa lotado na Universidade Estadual de Maringá, graduado em Psicologia pela UNESP-Assis. mgcarvalho.ct@uem.br

⁴ Assistente Social, Assessora de Gestão de Pessoas da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Maringá, mestre em Ciências da Saúde pela UEM. lafontanari@uem.br.

⁵ Contador, Agente Universitário Profissional, Diretor de Recursos Humanos, mestre em Políticas Públicas e doutor em História Política pela UEM. earossato@uem.br



1. INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso ao ensino superior nas últimas décadas representou um avanço importante na democratização da educação no Brasil. No entanto, esse processo também evidenciou a permanência de profundas desigualdades sociais que atravessam a trajetória acadêmica de muitos estudantes. O ingresso na universidade, por si só, não garante condições reais de permanência e conclusão dos cursos, especialmente para aqueles oriundos da classe trabalhadora. Nesse contexto, a assistência estudantil assume papel fundamental na efetivação do direito à educação, ao buscar assegurar condições mínimas para a permanência qualificada dos estudantes.

É nesse cenário que se insere o trabalho do assistente social no ensino superior, atuando diretamente na mediação entre as demandas dos estudantes, as políticas institucionais e a garantia de direitos. A atuação profissional não se restringe à análise de renda ou à concessão de auxílios financeiros, mas envolve o acompanhamento das condições de vida, a identificação das múltiplas expressões da questão social, a articulação com a rede de proteção social e a construção de estratégias de intervenção que contribuam para a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

O exercício profissional no âmbito universitário é orientado pelo projeto ético-político do Serviço Social, que fundamenta uma prática crítica, comprometida com a justiça social, a defesa dos direitos e o enfrentamento das desigualdades. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido na assistência estudantil busca compreender os estudantes em sua totalidade, considerando aspectos econômicos, familiares, emocionais, culturais e institucionais que interferem diretamente em suas trajetórias.

No cotidiano institucional, o assistente social atua por meio de atendimentos individuais e coletivos, estudos socioeconômicos, elaboração e acompanhamento de editais, participação em comissões, desenvolvimento de projetos e monitoramento das ações implementadas. Essas atividades possibilitam uma leitura ampliada da realidade estudantil e contribuem para o aprimoramento das políticas de permanência, evitando abordagens reducionistas e práticas meramente burocráticas.

Dessa forma, refletir sobre a trajetória da assistência estudantil e sobre a atuação profissional no ensino superior torna-se fundamental para compreender seus avanços, limites e desafios. À luz dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar a experiência do Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá através da Diretoria de Assuntos Comunitários, evidenciando sua contribuição para a consolidação da política de permanência estudantil e para a construção de uma universidade mais democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Assistência estudantil no Brasil



A assistência estudantil no Brasil não é uma temática recente, tendo suas primeiras iniciativas no início do século XX, voltadas ao apoio de estudantes em situação de vulnerabilidade. Embora a educação tenha sido reconhecida como direito desde a Constituição de 1824, foi somente a partir do governo de Getúlio Vargas que passou a ser compreendida como um direito social, com maior participação do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, representou um avanço ao reconhecer a assistência social escolar como um direito. Com a expansão do ensino superior nas décadas seguintes, intensificaram-se as ações voltadas à permanência estudantil, como bolsas, alimentação e moradia, ainda que por muitos anos marcadas por práticas assistencialistas e dependentes das condições institucionais.

A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, em 2010, constitui um marco nesse processo, ao estruturar ações voltadas à permanência, à redução das desigualdades e à conclusão dos cursos, consolidando a assistência estudantil como política pública e direito social. Apesar dos avanços, o acesso aos programas ainda se concentra principalmente em critérios de renda, o que limita sua efetividade. A permanência no ensino superior envolve também fatores pedagógicos, psicológicos e sociais, que interferem diretamente na trajetória acadêmica dos estudantes (Zago, 2006).

Nesse contexto, a assistência estudantil, compreendida a partir da questão social, constitui-se como instrumento de enfrentamento das desigualdades e da evasão. A atuação do assistente social é fundamental nesse processo, ao articular análise crítica, acompanhamento dos estudantes e fortalecimento das políticas institucionais (Netto, 2007).

Na Universidade Estadual de Maringá, a política de assistência estudantil é desenvolvida, entre outros setores, pela Diretoria de Assuntos Comunitários (DCT), vinculada à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, considerando as demandas e o perfil dos estudantes da instituição. Embora existam diretrizes nacionais, cada universidade organiza suas ações conforme sua realidade. A Política Institucional de Assistência Estudantil, aprovada em 2018, atende estudantes da graduação e da pós-graduação, com prioridade para aqueles com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, contemplando ações nas áreas de alimentação, moradia, transporte, saúde, acessibilidade, cultura e inclusão.

Entre os principais instrumentos destacam-se a Bolsa Permanência e o Auxílio Alimentação, além do atendimento social e psicossocial realizado pela DCT, que também articula encaminhamentos para a rede de saúde por meio do Hospital Universitário. Nos últimos anos, houve ampliação das ações, com aumento no número e no valor das bolsas, flexibilização para acúmulo de benefícios, expansão do Auxílio Alimentação e fortalecimento do atendimento psicossocial.

De modo geral, esses avanços têm contribuído para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, reafirmando o papel do Serviço Social na garantia de direitos no contexto universitário. A atuação do Serviço Social no ensino superior está diretamente ligada às mudanças nas políticas educacionais e à ampliação do acesso à universidade, que



possibilitou o ingresso de estudantes de diferentes contextos sociais e evidenciou desigualdades historicamente presentes nesse espaço.

Nesse cenário, a assistência estudantil torna-se fundamental para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, considerando as diversas dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como questões relacionadas à renda, moradia, alimentação, transporte, saúde e saúde mental. O trabalho do assistente social não se limita à concessão de auxílios, envolvendo também o acompanhamento dos estudantes, a escuta qualificada, a identificação de demandas e a articulação com outras políticas públicas. Orientada pelo projeto ético-político da profissão, essa atuação busca compreender as vulnerabilidades de forma ampliada, superando a centralidade exclusiva da renda, e contribuir para o planejamento e o fortalecimento das políticas institucionais, reafirmando a assistência estudantil como um direito social (Paura, 2020).

2.2 Atuação profissional na Diretoria de Assuntos Comunitários na UEM

A atuação profissional na DCT inicia-se pelo acolhimento dos estudantes e pela escuta qualificada de suas demandas, possibilitando a identificação das diferentes formas de vulnerabilidade social presentes em suas trajetórias. Por meio de atendimentos, entrevistas e análise documental, o assistente social realiza avaliações socioeconômicas que subsidiam o acesso a programas como o Auxílio Alimentação e a Bolsa Permanência, considerando não apenas a renda, mas também as condições de vida, os vínculos familiares, as redes de apoio e os aspectos emocionais e pedagógicos que interferem na permanência.

Além disso, o Serviço Social atua no acompanhamento sistemático dos estudantes, na participação na elaboração e avaliação dos editais, na articulação com equipe interdisciplinar e com a rede de serviços, bem como nas atividades administrativas e de gestão. Orientada pelo projeto ético-político da profissão, essa atuação ultrapassa a dimensão operacional, assumindo caráter crítico e interventivo, contribuindo para o fortalecimento da assistência estudantil, a prevenção da evasão e a garantia do direito à educação na universidade.

Atualmente, a Diretoria de Assuntos Comunitários conta com um fluxo de atendimento organizado, que orienta o percurso do estudante desde o primeiro contato até o acompanhamento nos programas de permanência. Esse fluxo busca garantir maior agilidade, clareza e equidade nos atendimentos. O processo tem início, em geral, por procura espontânea ou encaminhamento de outros setores, seguido de triagem realizada pelo Serviço Social, momento em que são identificadas as principais demandas e repassadas as orientações sobre os procedimentos e serviços disponíveis. Na sequência, ocorre o atendimento individual, com entrevista social e avaliação socioeconômica, considerando aspectos como renda, moradia, trabalho, vínculos familiares, trajetória acadêmica e questões psicossociais.

Nos casos que exigem acompanhamento mais complexo, o estudante é encaminhado para a equipe de Psicologia, para os serviços de saúde ou para a rede externa de proteção social, garantindo um atendimento mais integral. Os atendimentos são registrados, o que permite



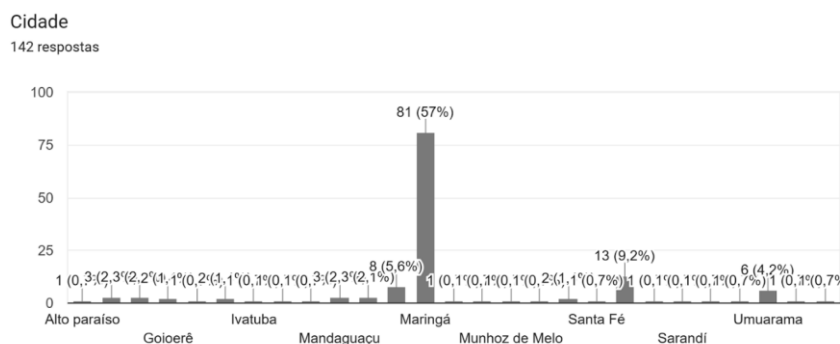
o acompanhamento contínuo, com reavaliações periódicas e monitoramento da situação acadêmica. Esse processo possibilita a identificação precoce de situações de risco, como evasão ou agravamento da vulnerabilidade, favorecendo intervenções preventivas.

A consolidação desse fluxo representa um avanço importante na organização do trabalho na DCT, contribuindo para a padronização dos procedimentos e para o fortalecimento da atuação interdisciplinar. Atualmente, 350 estudantes são atendidos pelo Auxílio Alimentação e 159 pela Bolsa Permanência, o que evidencia a relevância dessas ações para a permanência na universidade. A sistematização das informações sobre o perfil social dos beneficiários também tem permitido uma compreensão mais aprofundada das vulnerabilidades presentes no contexto acadêmico, qualificando as estratégias de intervenção profissional.

Os gráficos a seguir apresentam parte do perfil socioeconômico dos estudantes beneficiários do Auxílio Alimentação e da Bolsa Permanência referente ao ano de 2025, com base em informações obtidas por meio de entrevistas sociais e formulários aplicados durante os atendimentos. Esses dados permitem visualizar, de forma objetiva, as principais características desse público e compreender as condições que atravessam suas trajetórias acadêmicas. A análise dos indicadores evidencia que a permanência no ensino superior está relacionada a múltiplos fatores, que vão além da dimensão econômica, reforçando a necessidade de políticas integradas e sensíveis às diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes.

Nesse contexto, a sistematização dos dados quantitativos, articulada às informações qualitativas produzidas no cotidiano dos atendimentos e acompanhamentos realizados pelo Serviço Social, constitui um instrumento fundamental para o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política de assistência estudantil. Essa articulação possibilita uma leitura mais aprofundada da realidade institucional, contribuindo para o aprimoramento das ações desenvolvidas e para a construção de intervenções mais coerentes com as demandas apresentadas.

Figura 1 – Localidade



Fonte: Questionário de levantamento social do Serviço Social (DCT-UEM, 2025).

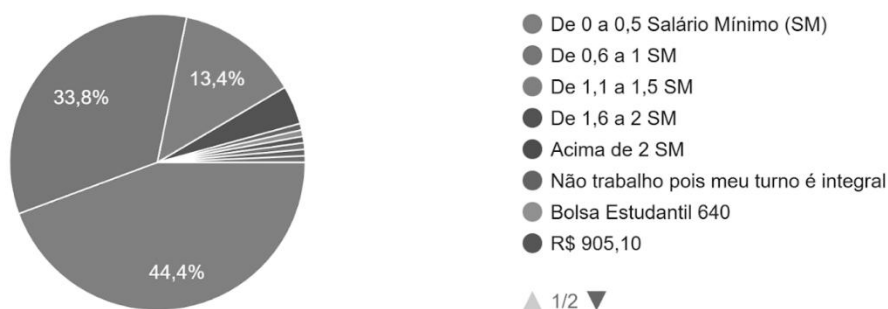


Entre os estudantes atendidos pelo Auxílio Alimentação, é possível perceber que muitos residem em municípios próximos a Maringá e precisam custear diariamente o transporte até a universidade, já que o passe estudantil é concedido apenas aos moradores do município. Essa situação representa um gasto significativo no orçamento mensal, especialmente para aqueles que já enfrentam dificuldades financeiras, comprometendo suas condições de permanência no ensino superior. Esse cenário evidencia desigualdades no acesso aos benefícios e aponta para a necessidade de que a política institucional considere as diferentes realidades territoriais vivenciadas pelos estudantes.

Figura 2 – Situação de renda.

Qual sua renda mensal? (Renda mensal do estudante)

142 respostas



Fonte: Questionário de levantamento social do Serviço Social (DCT-UEM, 2025).

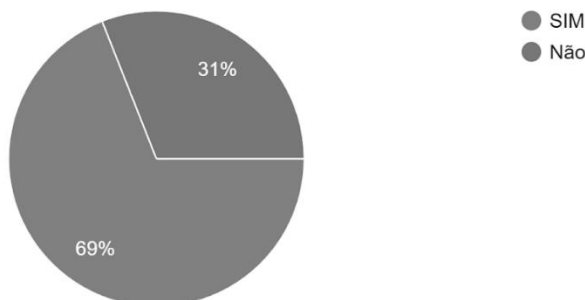
De acordo com o levantamento interno de 2025 os dados mostram que 44,4% dos estudantes atendidos possuem renda mensal de até meio salário mínimo, o que evidencia um quadro expressivo de vulnerabilidade socioeconômica, somado ao fato de que 61,4% não recebem apoio financeiro familiar e precisam custear suas despesas com moradia, alimentação, transporte e materiais acadêmicos principalmente por meio das bolsas institucionais e de trabalhos informais. Essa condição torna a permanência no ensino superior fortemente dependente da manutenção dos auxílios e da conciliação entre estudo e trabalho, muitas vezes em contextos de instabilidade e sobrecarga, o que pode comprometer o desempenho acadêmico e ampliar os riscos de evasão, reforçando a importância do fortalecimento das políticas de permanência.

Figura 3 – Situação de ingresso.



Utilizou cotas?

142 respostas



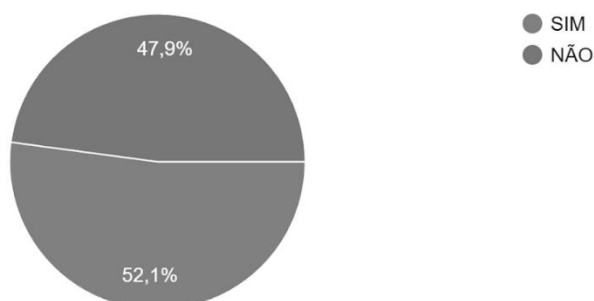
Fonte: Questionário de levantamento social do Serviço Social (DCT-UEM, 2025).

Observa-se que 69% dos estudantes atendidos ingressaram na universidade por meio das diferentes modalidades de cotas, o que evidencia a ampliação das políticas de acesso e o papel das ações afirmativas na democratização do ensino superior. No entanto, a experiência cotidiana na assistência estudantil demonstra que o ingresso, por si só, não garante a permanência nem o sucesso acadêmico, uma vez que muitos estudantes cotistas continuam enfrentando dificuldades relacionadas às condições de vida, à necessidade de trabalhar, às limitações financeiras e à adaptação ao ambiente universitário, reforçando a importância de políticas de permanência articuladas e capazes de assegurar condições efetivas para a continuidade dos estudos.

Figura 4 - Rede do município.

Tem cadastro único no CRAS do Município? (Centro de Referência de Assistência Social)

142 respostas



Fonte: Questionário de levantamento social do Serviço Social (DCT-UEM, 2025).

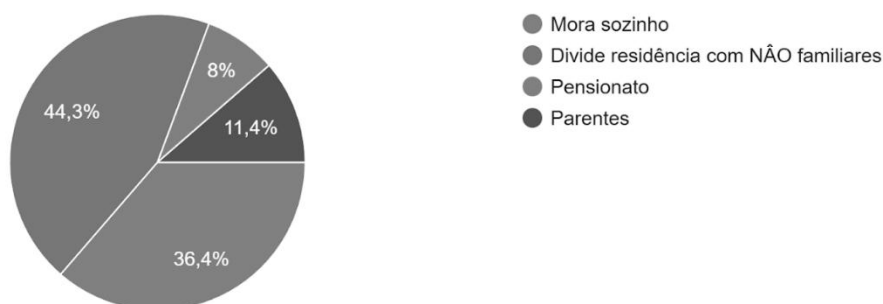
Destaca-se que 47,9% dos estudantes atendidos não possuem cadastro no Cadastro Único e que a maioria desconhece o funcionamento do CRAS, bem como os serviços ofertados pela política de assistência social. Esse dado indica que muitos ingressam na universidade, especialmente vindos de outros municípios, sem informações básicas sobre seus direitos e sobre



a rede de proteção social, o que dificulta o acesso a apoios institucionais em situações de vulnerabilidade. Nesse contexto, a atuação do assistente social na DCT é fundamental para orientar, encaminhar e fortalecer a autonomia dos estudantes, contribuindo para a construção de trajetórias acadêmicas mais estáveis.

Figura 5 – Situação familiar.

Se não mora com a família assinala a opção correspondente
88 respostas



Fonte: Questionário de levantamento social do Serviço Social (DCT-UEM, 2025).

Observa-se que muitos estudantes atendidos dividem a residência com colegas ou amigos, mantendo seus familiares em outros municípios, em razão, principalmente, das limitações financeiras e das dificuldades de acesso à moradia individual. Essa condição exige um processo constante de adaptação, que envolve não apenas questões materiais, mas também aspectos emocionais e relacionais, uma vez que o afastamento da família pode fragilizar as redes de apoio e gerar sentimentos de insegurança, solidão e sobrecarga. Essa realidade interfere diretamente na trajetória acadêmica e reforça a importância de que as políticas de permanência considerem, de forma integrada, as dimensões econômica, social e subjetiva da vida dos estudantes.

Diante desse contexto, marcado por dificuldades materiais, afastamento familiar e fragilização das redes de apoio, torna-se evidente que muitas demandas dos estudantes ultrapassam a dimensão socioeconômica e alcançam o campo da saúde mental. Sentimentos de solidão, insegurança, ansiedade e sobrecarga aparecem com frequência nos atendimentos, exigindo uma escuta qualificada e intervenções que considerem o sujeito em sua totalidade. Nesse sentido, o atendimento psicológico assume papel fundamental no acolhimento e no acompanhamento dessas situações.

A atuação articulada entre o Serviço Social, a Psicologia e os demais setores da universidade fortalece o cuidado integral aos estudantes, possibilitando a construção de estratégias conjuntas, encaminhamentos mais adequados e ações preventivas. O trabalho multidisciplinar amplia a capacidade institucional de resposta às demandas, contribui para a



permanência qualificada e reafirma o compromisso da assistência estudantil com a promoção do bem-estar e da dignidade dos estudantes.

2.3 Interseção com a Psicologia

No ano de 2025 houve uma contratação inédita na UEM de residentes em diversas áreas. Ressaltamos aqui o trabalho realizado por três residentes em psicologia lotados na Sede da UEM. A uma foi designada a responsabilidade de realizar o atendimento de alunos dos Campi e aos outros dois, atender alunos da Sede. Os dados a seguir são referentes ao período de abril a dezembro de 2025. Na Sede foram encaminhados 93 alunos para o atendimento psicológico, e para o Câmpus, cerca de 40 alunos. Efetivamente foram atendidos nesse período 64 alunos. dentre os 93 encaminhamentos, 15 não retornaram o contato ou não compareceram às tentativas de agendamento inicial, 8 ficaram na lista de espera e foram atendidos em janeiro de 2026 e outros 6 alunos foram encaminhados a outros serviços da rede municipal devido a incompatibilidade de horários ou por serem casos de alta complexidade, necessitando de atendimento especializado. Em relação aos Campi, 34 alunos foram atendidos no período, totalizando 127 alunos atendidos pelos residentes na UEM.

As modalidades ofertadas foram o Acolhimento Psicológico, recomendado para demandas pontuais e de cunho orientativo, realizando encaminhamentos rapidamente para outros serviços e de Psicoterapia Breve, com o objetivo de trabalhar com mais tempo questões pontuais que impactam diretamente na saúde mental e permanência dos alunos. De modo geral, após pesquisa com os estudantes atendidos e nas sessões de encerramento demonstraram melhora e aquisição de novas habilidades de enfrentamento para as situações cotidianas.

No período entre abril e dezembro de 2025, observou-se que o perfil dos alunos atendidos na Diretoria de Assuntos Comunitários (DCT) majoritariamente eram da graduação, fazem parte do programa de permanência estudantil da UEM, financiado com recursos próprios, com base na Resolução 019/2018-COU, que preconiza a ampliação do acesso a direitos estudantis, auxiliando na permanência e conclusão da graduação e/ou pós graduação com qualidade, saúde e gratuidade. Foi realizada uma pesquisa com os alunos por meio de um formulário online enviado ao fim do acompanhamento. O formulário era anônimo e continha algumas perguntas a respeito do perfil dos alunos e dos serviços ofertados, relacionados tanto ao atendimento psicológico em si quanto às ações de permanência estudantil. Também houve uma análise posterior dos prontuários. Dessa forma, foi possível observar que a maior parte dos estudantes procurou o atendimento relatando queixas como ansiedade elevada e dificuldades em manejar a carga horária elevada do curso, além da alta cobrança advinda da curricularização e da organização e estruturação universitária, ligada à lógica de produtividade; em seguida, a queixa mais recorrente envolve conflitos familiares e relacionamentos pessoais. Outro ponto de grande destaque é o sofrimento advindo das questões financeiras e sociais, relacionando-se diretamente com a demanda do trabalho de permanência.



Em relação às áreas do conhecimento, notou-se uma predominância dos alunos das áreas de Humanidades e Biológicas. A faixa etária da maior parte dos estudantes concentrou-se entre os 18 e 29 anos de idade, representando aproximadamente 77% dos casos atendidos. Notoriamente houve uma procura mais acentuada de pacientes que se identificam com o gênero feminino, representando 70% dos atendimentos. Aproximadamente 70% das pessoas atendidas identifica-se como branca, 16% como pretos ou pardos, 12% como indígenas e 1% como amarela. Observou-se também que grande parte das pessoas moram na cidade onde estuda ou então em cidades vizinhas. Uma parcela significativa, entretanto, é proveniente de outras cidades e vão se estabelecer na cidade em que estudam. Esse dado é bastante notório e se relaciona com algumas das queixas relacionadas à dificuldade de adaptação à nova cidade ou ao distanciamento do núcleo familiar.

O perfil social dos estudantes constitui um elemento fundamental a ser considerado, uma vez que as demandas apresentadas estão diretamente relacionadas ao contexto social e à história de vida de cada sujeito. A Psicologia Social compreende o sujeito como constituído historicamente a partir das relações sociais que estabelece ao longo de sua trajetória de vida (Lane, 1984). Dessa forma, aspectos como classe social, gênero, raça, acesso a direitos e condições materiais de existência atravessam a constituição subjetiva e influenciam diretamente as demandas apresentadas pelos estudantes. Nessa perspectiva, a psicologia histórico-cultural enfatiza que os processos de desenvolvimento psicológico ocorrem de maneira mediada pelas interações sociais, pela cultura e pela linguagem (Vygotsky, 1991), de modo que as experiências vivenciadas nos contextos familiar, comunitário e institucional participam ativamente da construção de sentidos sobre si, sobre o outro e sobre o processo educativo. Assim, as demandas que emergem no contexto universitário não podem ser compreendidas de forma descontextualizada, uma vez que refletem as condições concretas de vida, as possibilidades de inserção social e as formas de participação dos sujeitos nos diferentes espaços sociais.

Tendo isso como perspectiva, é interessante analisar o contexto social da população atendida. O acesso ao atendimento psicológico é majoritariamente feminino, algo recorrente de uma forma geral e refletido no microcosmo universitário. Isso se relaciona à estigmatização do cuidado de si, mais perpetrado e socialmente aceito entre o público feminino. Em relação à racialidade, chama a atenção a proporção de pessoas brancas que acessaram o serviço. Esse número reflete a proporção de pessoas acessando a universidade em si, indicando uma demanda no que se refere à necessidade de aumento de pessoas pretas, pardas, indígenas e amarelas dentro do ambiente universitário. A idade é um dado interessante para se pensar a permanência no sentido de se pensar as dificuldades de obtenção de renda própria. Muitos dos alunos dependem de ajuda e apoio financeiro de terceiros para se manter, sinalizando também uma necessidade dos serviços ofertados através da política de permanência, além de ser um componente das queixas de sofrimento e angústia.

Santos e Baptistella (2022) apresentam a universidade como um lugar de conflito entre a absorção e manutenção dos conhecimentos anteriormente produzidos e o potencial de inovar e



transformar novos conhecimentos. A autora relaciona o espaço universitário ao compromisso com a contribuição para a resolução de problemas e a constante renovação da intelectualidade, dentro de um contexto de transformação social (Santos; Bapsttella, 2022).

À luz desses referenciais e considerando a relevância do trabalho coletivo e da intersetorialidade, também foram pensadas intervenções grupais e ações promotoras de saúde, que extrapolam práticas meramente preventivas, conforme preconiza Contini (2010). Nesse sentido, foram realizadas rodas de conversa voltadas à mediação de conflitos e ao fortalecimento da comunicação. Ademais, em setembro, promoveu-se uma campanha informativa destinada a divulgar aos estudantes os serviços ofertados pela DCT. Também foram organizadas duas edições de um bazar de troca de roupas, com foco na participação dos alunos vinculados aos programas de permanência, favorecendo a interação entre os estudantes e contribuindo como estratégia de fortalecimento da permanência estudantil.

O trabalho realizado pelos residentes psicólogos esteve durante todo esse período articulado com a assistente social do departamento, responsável por realizar as triagens, cadastro dos alunos e encaminhamento para o atendimento caso se enquadrassem nas normativas de atendimento prestado pelos residentes. O trabalho interdisciplinar foi essencial na prestação de serviços, pois foi por meio deste que se possibilitaram o contato com outras equipes, serviços, parcerias e organização com outros membros da equipe. Essa grande mobilização interna e coordenada garante o maior acesso dos estudantes às políticas de permanência, incluindo o atendimento psicológico.

Sobre as dificuldades encontradas durante o trabalho, destaca-se os desafios entre a carga horária e a alta demanda. Com uma jornada de 30h semanais, o número de atendimentos é limitado, visto que, para além do período reservado aos atendimentos, os psicólogos residentes devem dispor tempo para preencher os prontuários, elaborar os relatos e estudos de caso, participar e organizar eventos na Universidade, desenvolver projetos, participar de reuniões interdisciplinares para alinhar equipes e novas iniciativas, etc.

Nota-se que já está em fase de consolidação uma Lei Federal que garante a jornada de 30h para o profissional psicólogo, garantindo a saúde mental do profissional e protegendo-o de jornadas insalubres, que, por consequência, prejudicam a qualidade do atendimento ofertado. O Projeto de Lei 1214/2019, que dispõe sobre a necessidade de redução de jornada do psicólogo já foi aprovado e está em fase de análise. Dito isto, percebemos a necessidade de ampliação de contratações desses profissionais, de modo a garantir que mais pessoas possam ser atendidas com qualidade.

Outra dificuldade encontrada diz respeito ao entrave na comunicação com outros setores da Universidade, além de serviços externos da rede do SUS. Não raramente, foi possível perceber uma frustração dos alunos ao encerrarmos as sessões, devido ao caráter da Psicoterapia Breve, e se depararem com uma realidade em que não conseguiriam acolhimento psicológico tão cedo. Redes de cuidado como o CAPS e UBS possuem uma demanda elevadíssima e é impossível garantir a rapidez nos atendimentos.



Ademais, outro desafio a ser pontuado é um complemento do que foi dito anteriormente: no setor em que os residentes estão localizados, só havia condições de ofertar acompanhamento e Psicoterapia Breve para casos de baixa complexidade, e os casos de alta complexidade foram encaminhados para outros serviços, mas sem a garantia de que seriam atendidos rapidamente. Em casos de necessidade de diagnósticos, por exemplo, que requer um atendimento especializado, há a necessidade de recorrer ao atendimento particular. Em muitos casos, esta realidade é economicamente impossível e inacessível para muitas camadas da população, e vê-se a necessidade cada vez mais urgente de especialistas dentro das Redes Públicas de Saúde, de modo a garantir o direito a todos ao acesso, diagnóstico e cuidado em saúde mental.

Sobre vínculos e duração do atendimento, é outro ponto a ser considerado. Como a maior parte dos serviços públicos possui alta demanda e precisa proporcionar atendimentos de duração mais curta para cobrir o maior número de pessoas possível, os pacientes sofrem muito com a perda do vínculo. Durante os atendimentos psicológicos há a criação de um vínculo de confiança, de histórias compartilhadas, e isso é rompido para ser reiniciado com um novo profissional, exigindo que o paciente volte “à estaca zero”. Há pacientes que têm a necessidade de receberem o atendimento psicológico prolongado, sem um tempo determinado de encerramento, e estes também acabam tendo de recorrer para atendimentos breves com diversos profissionais, prejudicando a qualidade do trabalho a ser desenvolvido, e muitas vezes restringindo o profissional a ser um mero ouvinte e acolhedor das demandas que não terão a chance de serem trabalhadas por conta do limite de tempo, mas que seriam essenciais para resultar em um trabalho satisfatório e de qualidade, tanto para o profissional, quanto para o atendido.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar dos avanços na política de permanência estudantil da Universidade Estadual de Maringá, permanecem desafios significativos no cotidiano institucional. Entraves burocráticos, fluxos de atendimento pouco articulados e limitações de recursos dificultam o acesso pleno aos auxílios e serviços. Muitos estudantes vivenciam vulnerabilidades econômicas, residem em moradias compartilhadas, mantêm vínculos familiares em outros municípios e arcam com elevados custos de transporte, o que impacta diretamente sua permanência e trajetória acadêmica. Esse cenário demonstra que o ingresso na universidade, ainda que ampliado pelas políticas de ações afirmativas, não garante, por si só, a continuidade e o sucesso nos estudos.

Para além das questões financeiras, observa-se que muitos estudantes desconhecem seus direitos e a rede de assistência social, como o Cadastro Único e os serviços ofertados pelo CRAS. Muitos chegam à universidade sem informações sobre os mecanismos de apoio existentes, o que amplia sua vulnerabilidade. Nesse sentido, o trabalho do Serviço Social na assistência estudantil precisa ir além da análise de renda, envolvendo acompanhamento, orientação e encaminhamentos que contribuam para a autonomia dos estudantes e para o enfrentamento das dificuldades acadêmicas e pessoais.



O Serviço Social assume papel central nesse processo ao acompanhar as condições de vida dos estudantes, identificar situações de risco e articular recursos dentro e fora da universidade. No entanto, as demandas apresentadas frequentemente ultrapassam a dimensão socioeconômica, exigindo uma atuação articulada com outros profissionais, especialmente com a Psicologia e os serviços de saúde. O trabalho multidisciplinar fortalece o cuidado aos estudantes, possibilita intervenções mais completas e contribui para a prevenção da evasão e do agravamento das situações de vulnerabilidade.

Dessa forma, ao relatar a experiência do Serviço Social na Diretoria de Assuntos Comunitários da UEM, este trabalho buscou evidenciar a importância da assistência estudantil como política fundamental para a democratização do ensino superior e a importância da articulação entre profissionais do Serviço Social e da Psicologia.

A atuação profissional orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, aliada ao trabalho integrado entre diferentes áreas da universidade, reafirma que as políticas de permanência não devem se restringir ao apoio financeiro, mas considerar as dimensões sociais, familiares e emocionais que atravessam a trajetória acadêmica dos estudantes, contribuindo para a construção de uma universidade mais inclusiva e comprometida com a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (e atualizações). Brasília, DF: CFESS, 1993.

CONTINI, Maria. **Discutindo o conceito de promoção de saúde no trabalho do psicólogo que atua na educação**. Psicologia, Ciência e Profissão, n. 2, p. 46-59, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000200008>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11–24.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

PAURA, Maria Eliza de Souza. A atuação do Serviço Social na assistência estudantil no ensino superior. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 92–110, jan./abr. 2020.



SANTOS, Andréia Aparecida; BAPTISTELLA, Rogério. Universidade na América Latina: ciência, tecnologia e transformações sociais. **Revista Foco**, Curitiba, v. 15, n. 3, e425, p. 1–19, 2022. DOI: 10.54751/revistafoco.v15n3-020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). **Política institucional de assistência estudantil**. Maringá: UEM, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). Diretoria de Assuntos Comunitários (DCT). **Dados internos de atendimento e benefícios (2025)**. Maringá, 2025. Documento interno.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 31–58.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 226–237, maio/ago. 2006.